Acervo ISA

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

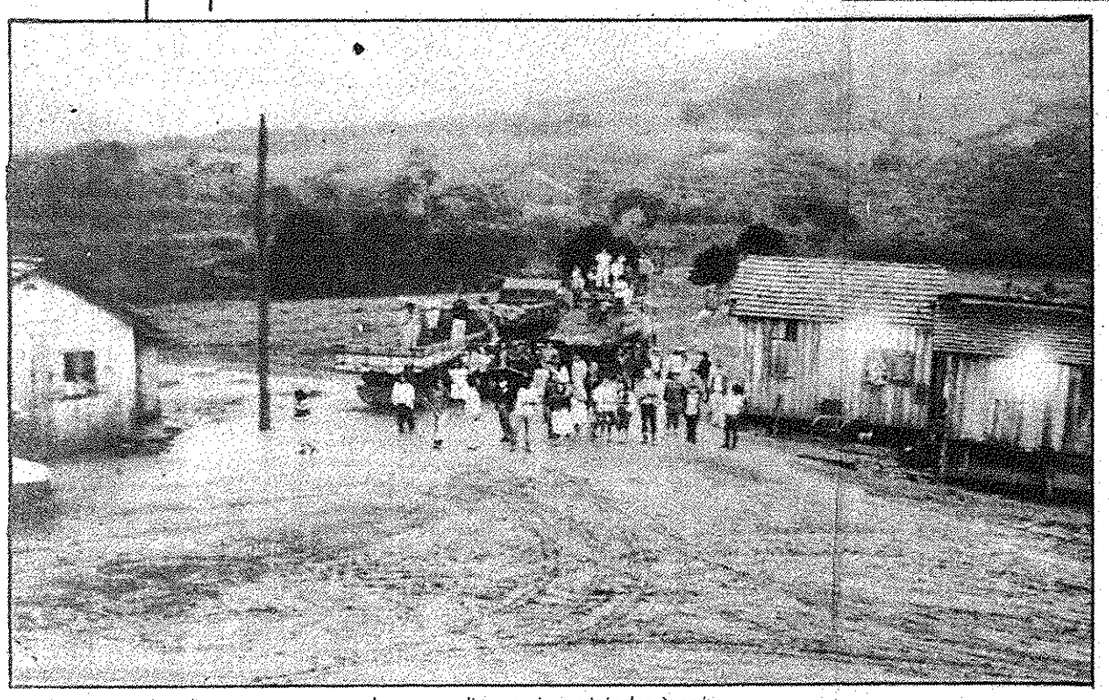
Fonte: O Estado Class.: 147 x GR

Data: 28.05.83 Pg.:

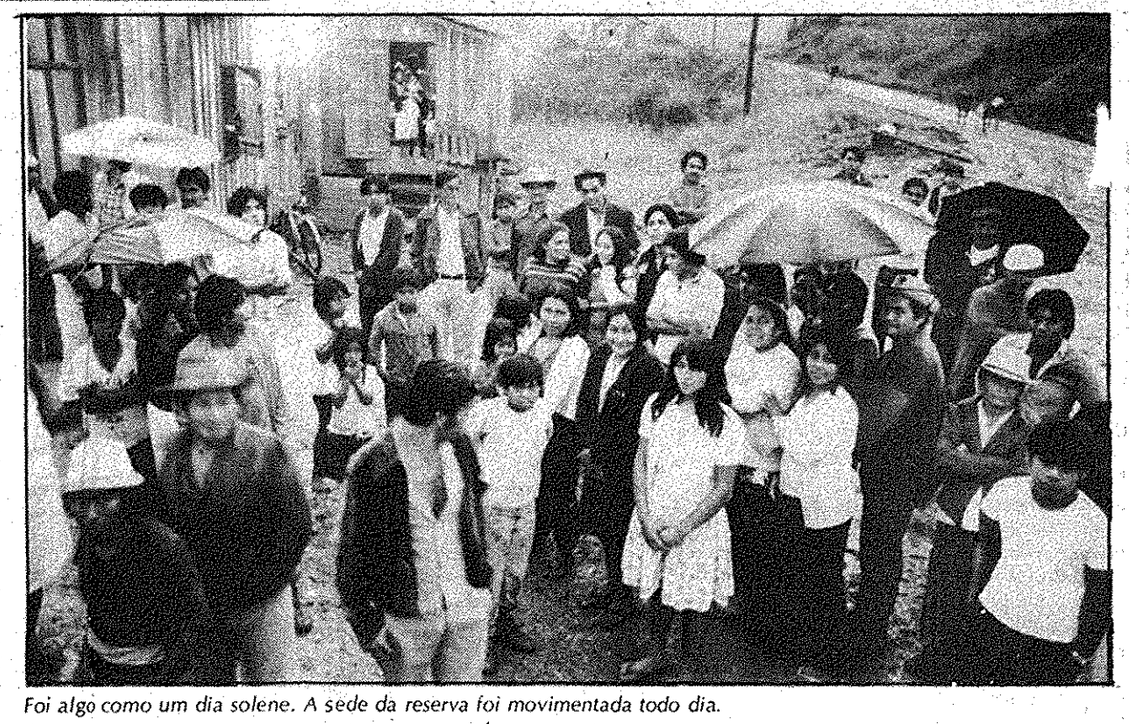
Índios prendem peões e embargam máquinas do DNOS

190

Raul Sartori (texto)
Lourival Bento (fotos)



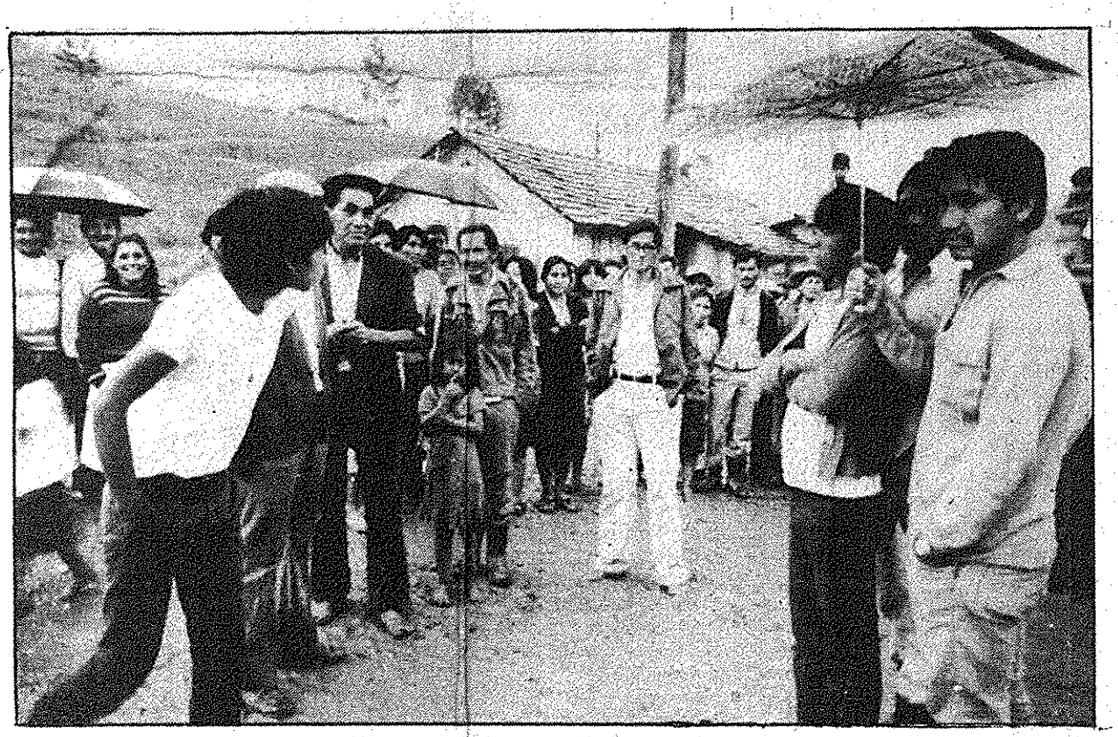
As duas caçambas ficaram na reserva durante o dia e seriam vigiadas à noite.



Foi algo como um dia solene. A sede da reserva foi movimentada todo dia.

Numa de suas mais decididas resoluções desde que foram pacificados, os 900 índios xokleng (botucudos), guaranis e de um pequeno grupo de caingangues (corados), da reserva Duque de Caxias, no Município de Ibirama, embargaram ontem de manhã, pacificamente, as obras em uma rodovia que está sendo construída pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) tomando como reféns, por algumas horas, 15 peões, que só foram libertados à tarde com a interveniência direta do prefeito Luiz Alexandre Muller, de Ibirama.

A rodovia em construção é a chamada "Estrada de Contorno", que vai circundar o lago que se formará a partir da ina ugração da barragem sobre o Rio Hercílio. Os índios só vão liberar as máquinas (dois tratores esteiras, uma retroescavadeira e quatro caminhões-caçambas) quando o DNOS lhes mostrar, em documento comprovatório, a disposição deste órgão do Governo Federal em pagar Cr$ 180 milhões de indenização das terras (817 hectares) que serão inundados pela barragem.



Após sua decisão, os índios ficam discutindo, esperando novidades, ou respostas.

PLANEJADO

Aristides Faustino Kriri, o cacique da comunidade, e Veistschá Vanhaccú Teié, vice-cacique, admitiram no final da tarde de ontem que o embargo das obras da Estrada do Contorno vinha sendo planejado há algum tempo, desde 1978, quando o DNOS atacou a parte principal da barragem, que fica 5 km ao sul da reserva. Em janeiro passado os índios embargaram — não permitiram que os peões tocassem nas máquinas rodoviárias — a continuidade de obras na via de Contorno. O vice-cacique foi a Brasília de onde obteve apoio — "os índios estão lutando pelo seu direito", teria dito o presidente da Funai, Paulo Moreira Leal — e o conselho para liberar as máquinas, com a promessa de uma solução mais rápida quanto a indenização que os índios devem receber pela inundação de suas férteis terras. Esta promessa o presidente da Funai fez pessoalmente aos índios numa visita que fez logo a seguir a Ibirama. Só foi uma promessa a mais. Anteontem, o sub-delegado da Funai em Curitiba, Romeu Brums Filho, visitou a reserva e viajou de volta no mesmo dia sabendo que os índios estavam decididos a embargar as obras da estrada em construção, e ontem o delegado da mesma Funai, Luiz Ari Ávila Telles, telefonou irado ao vice-cacique exigindo a liberação das máquinas. Veistschá disse calmamente que "só se aceita discutir se vier nosso dinheiro", e a conversa foi encerrada.

Um grupo de 100 índios acordou cedo na sede da reserva e reteve ali mesmo, às 7 horas, quando iam passar, duas caçambas do DNOS. Logo em seguida, subiram na elevação onde a estrada está sendo implantada e exigiram que os peõesds desligassem as máquinas de dois tratores esteiras, uma retroescavadeira e duasa caçambas. Recolheram as chaves de ignição e ficaram durante horas, ali mesmo, impedindo que os peões voltassem ao acampamento. Ninguém estava armado e tudo foi feito calmamente. Apenas um encarregado da obra do DNOS, identificado apenas pelo primeiro nome, Noêmio, quase atingiu alguns índios numa arrancada brusca com uma camioneta, fugindo em seguida. Com a intervenção do prefeito, que goza de grande prestígio e respeito entre os índios, os peões foram liberados logo após o meio dia e voltaram para o acampamento de carona.

No final da tarde o vice-cacique recebeu uma mensagem, pelo rádio, de que o DNOS enviará representantes à reserva na próxima terça-feira, levando uma ordem de pagamento. O pagamento da indenização é para os índios a exigência única, para liberarem as máquinas. Com os Cr$ 180 milhões (avaliação de março e aparentemente aceita pelo DNOS) os índios querem se mudar definitivamente para outro local próximo, que não vá ser alagado. É para lá, em terras igualmente férteis, que eles já estão mirando, que pretendem se transferir as 176 famílias. Isso não foi possível até agora porque a indenização se arrasta por quase cinco anos e eles não tem recursos para arcar com as despesas de transferência e construção de casas. Quanto às moradias, eles ten um convênio com o DNOS para que este último construa 63 casas no novo local. Isso, porém, apesar de estar firmado desde 1978, ainda não passa de um sonho para os índios, que encaram sua mais recente decisão com uma boa dose de confiança e realismo. Eles informaram ontem que não pretendem mais recuar de sua decisão e prometem que, se o DNOS não pagar a indenização terça-feira, enviarão seu vice-cacique a Brasília acompanhado do "amigo e grande aliado", o prefeito de Ibirama, Luiz Alexandre Muller. Vão exigir definições. "De promessas estamos fartos", reclama o vice-cacique.

Diretor do DNOS desloca polícia para a Reserva

Surpreendido com a notícia de que vários Índios da Reserva de Ibirama haviam embargado obras do DNOS, ali realizadas e que retiveram 14 empregados da empreiteira Queiroz Galvão, além de equipamentos de trabalho como tratores, máquinas e material topográfico, o diretor regional do DNOS, Aurélio Carlos Remor solicitou ontem auxílio das polícias Estadual e Federal no sentido de seguirem à Reserva para impedir que haja violência e que os índios libertem, principalmente os brancos, que estão em seu poder.

"Infelizmente os índios bloquearam a área e não deixam ninguém entrar ou sair da Reserva de Ibirama e não vemos outra alternativa senão acionar a Polícia Federal, principalmente, para que mediasse a situação, bem delicada, pois os índios mantém 14 empregados da empreiteira como garantia, o que está errado" — disse Remor ontem à tarde ao analisar a situação.

Logo após acionar a Polícia Federal e pedir garantias também à polícia estadual, Aurélio Remor enviou telex à administração central do DNOS, pedindo providências para o problema, objetivando uma solução urgente, pois pretendia "resguardar a integridade física das pessoas que ali estão como reféns e evitar um provável confronto".

Para remor, os índios devem estar agindo desta forma pois querem receber o mais breve possível a indenização prometida pela perda de terra a ser cedida à Barragem, com aproximadamente 700 hectares.